

Eixo Temático 5- Política e gestão educacional

GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO AMAPÁ: OS RESULTADOS DO IDEB NO CONTEXTO DE POLÍTICAS DE CARÁTER LOCAL E NACIONAL

André Lins de Melo-UNIFAP

Ilma de Andrade Barleta-UNIFAP

Resumo: O presente artigo objetiva fazer uma análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do estado do Amapá, comparando seus resultados com o índice nacional e com resultados dos outros estados da federação com a intenção de verificar se as críticas locais feitas a esse resultado são pertinentes. Por meio de análise documental e da literatura sobre o assunto buscou-se reconhecer similaridades entre a política local e nacional em vigor e analisar o papel da educação nesse processo. Os principais eixos de análise foram o Plano de Prioridades de Desenvolvimento Humano do Estado do Amapá (PPDH) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo Lula da Silva e ministro Fernando Haddad. A reflexão feita sobre esses documentos teve como foco a qualidade da educação básica aferida pelo IDB do Amapá e as implicações e perspectivas da gestão por resultados presente nessas peças sobre tais políticas públicas frente ao quadro apresentado pela educação amapaense.

Palavras-chaves: Amapá – gestão da educação – políticas públicas.

Introdução

O artigo se divide em duas partes. A primeira faz uma descrição e análise de duas políticas públicas: uma de caráter nacional e em execução desde 2007 que tem como foco a educação básica; a outra de caráter local e de execução recente (2010), mas que tem como foco vários eixos além da educação. A segunda parte é uma análise dos resultados do IDEB do Amapá e das possibilidades dessas políticas públicas frente a esses resultados.

1 Similaridade entre políticas local e nacional: gestão por resultados, gestão educacional por resultados.

Segundo informações obtidas do jornal *Diário do Amapá* (2010) no dia 18 de junho de 2010, o então governador do Estado do Amapá Pedro Paulo Dias de Carvalho anunciou convênio com a Organização das Nações Unidas (ONU) no valor de 10 milhões de reais para ajudar a subsidiar o Plano de Prioridades de Desenvolvimento Humano (PPDH) do Estado do Amapá que segundo o governador é um plano ímpar no Brasil por partir do “princípio da pessoa humana”. O PPDH foi anunciado pelo governo

com o objetivo de promover o desenvolvimento humano no Estado do Amapá, por meio do modelo de Gestão por Resultados, visando alcançar as metas dos indicadores de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São oito metas que o governo amapaense pretende enfrentar até 2015, e entre elas está à erradicação da pobreza, e uma das medidas é a geração de emprego e renda para os amapaenses.

Existem certas similaridades entre o PPDH e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo Lula da Silva. Uma delas é a utilização do termo desenvolvimento. Gadotti (2008) chama a atenção para a ambigüidade desse termo usado no Plano (PDE) do ministro da Educação Fernando Haddad. Segundo o autor, o conceito de desenvolvimento não é um conceito neutro. Ele se situa num contexto bem preciso dentro da ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e de próprio ser humano. O conceito já foi utilizado numa visão colonizadora que se remetia a um único padrão de industrialização e de consumo.

Este modelo de desenvolvimento, denominado de *desenvolvimentismo*, levou o planeta ao estado de agonia. Metas de desenvolvimentos foram impostas pelas políticas econômicas neo-colonialistas dos países chamados “desenvolvidos”, em muitos casos, com enorme aumento da miséria, da violência e do desemprego. Junto com esse modelo econômico, com seus ajustes por vezes criminosos, foram transplantados valores éticos e ideais políticos que levaram à desestruturação de povos e nações. Isso reforça a importância de se ter consciência hoje da necessidade de traduzir nosso pensamento em atos que retirem do chamado “desenvolvimento” essa visão predatória e concebê-lo de forma mais holística, antropológica e menos economicista (GADOTTI: 2008).

Segundo informações obtidas no site do governo do Estado do Amapá (2010) a ênfase é no desenvolvimento “humano”. O PPDH visa “Valorizar o Homem com investimentos em saúde, educação e saneamento básico, proporcionando a todos melhor qualidade de vida. Um desejo comum, um sonho de desenvolvimento com justiça social, mas pouco vislumbrado pelos políticos brasileiros [...]”. Nas palavras do governador: “Estamos entrando para a história do país. Queremos transformar nossas riquezas em benefícios para a população, dando a ela melhor qualidade de vida, dando condições de viver em um estado cheio de oportunidades”.

No seu site, o governo do Amapá (2010) ainda acrescenta que o Amapá é o primeiro estado do país a criar um plano voltado para o desenvolvimento humano dentro de um programa de governo, o que seria uma inovação em políticas públicas no Brasil.

Não obstante a validade de seus status “inovador” ou da ênfase dada ao humano no PPDH é preciso considerar o que diz Bruno (2008) sobre o processo atual de internacionalização da economia. Para a autora, esse processo, comumente designado globalização, é um processo de integração mundial, que não integra nações nem sistemas econômicos nacionais, mas conjuga a ação dos grandes grupos econômicos entre si e no interior da cada um deles.

A internacionalização do capital alcançou um estágio superior e transformou-se em transnacionalização¹. São estas empresas operando em redes as únicas instituições capazes de coordenarem um único processo econômico que se mundializou, enquanto os Estados Nacionais “locais” encontram dificuldades crescentes para manter certos mecanismos de controle de suas economias e para garantir aos seus cidadãos estabilidade econômica, política de emprego, poder aquisitivo, proteção contra riscos ambientais, questões estas que dependem cada vez mais de fatores e decisões externas, que escapam de sua área de competência (BRUNO: 2008).

Conforme Bruno (2008) é importante assinalar que hoje não é possível haver desenvolvimento fora deste quadro de economia internacionalizada. Entretanto, a integração das várias economias numa estrutura global não implica em homogeneização das condições econômicas e sociais existentes em cada uma delas. Antes, o que ocorre é a reprodução generalizada das desigualdades em escala mundial. Isto porque a divisão internacional do trabalho foi profundamente alterada e o que se observa é que esta integração não se dá em termos de nações, mas de setores da economia. Isto é, existem níveis distintos de produtividade, de capacidade de inovação, de formas de exploração do trabalho, estabelecidos mundialmente, nos quais os diferentes setores de uma mesma economia nacional se integram.

Não sabemos ao certo que leitura a gestão atual do governo do Estado do Amapá tem desse processo de transnacionalização, mas possivelmente sua política pública dele sofre influência, pois conforme informações do site do governo “A construção do PPDH está tendo o acompanhamento dos técnicos da Organização das Nações unidas (ONU), contratados pelo Governo, exclusivamente para subsidiar na elaboração e execução.”.

¹ Bruno (2008) esclarece que tanto o termo multinacional quanto o internacional pressupõem, portanto, a existência de nações e, pelo menos no plano formal dos princípios, a existência de soberanias políticas consubstanciadas no aparelho de Estado Nacional. O termo transnacional recobre uma situação inteiramente distinta das anteriores. Uma organização transnacional não inter-relaciona nações. Enquanto as organizações internacionais corporificam o princípio da nacionalidade, as organizações transnacionais o ignoram e o ultrapassam.

Bruno (2008) afirma que essas transformações na esfera econômica vêm acompanhadas de alterações substantivas nas estruturas de poder e que vários organismos internacionais, criados no pós-guerra, por iniciativa dos governos e que permanecem palco de atos nacionais, tal como a ONU, entraram em crise, ficando a revelia da atuação dos agentes das empresas transnacionais que tecem as redes que integram todo o mundo.

Mas a julgar pelas informações obtidas no site (2001) do governo do Amapá, a ONU permanece bem atuante junto aos governos regionais e/ou locais na assistência técnica ao PPDH. Também no auxílio financeiro, pois com já fora informado pelo *Diário do Amapá* (2010) o governo do Estado do Amapá firmou convênio com a ONU no valor de 10 milhões de reais para subsidiar o referido plano que segundo o governo “é ímpar no Brasil”. Conforme Feldfeber (2009) os organismos internacionais e regionais desempenharam um papel central na orientação de políticas de reforma mediante a assistência técnica e financeira através de créditos condicionados em sua maioria.

Segundo Oliveira (2009) na América Latina e no Caribe viveu-se uma onda de reformas educativas, a partir dos anos 1990, em que os organismos internacionais vinculados à ONU tiveram forte influência na determinação das políticas educacionais. Tal influência foi exercida por meio de assistência técnica prestada aos ministérios ou na forma de empréstimos que terminaram por definir o tipo de empreendimento educativo que era orientado pelas linhas de financiamento disponíveis.

No que tange ao PPDH ao que parece a ONU continua tendo influência na condução de políticas públicas em regiões que compõem a América Latina e provavelmente existem certas condicionalidades e uma definição do tipo de empreendimento, pois conforme o *Diário do Amapá* (2010) o desenvolvimento humano proposto pelo PPDH vai se dá por meio do modelo de gestão por resultados. Segundo informações do site do governo do estado do Amapá (2010):

O PPDH atuará sob o sistema “gestão por resultados”, capaz de antecipar problemas e encontrar soluções com agilidade. A ordem é produzir resultados ainda melhores, ao menor custo fiscal possível, com foco nas metas dos Indicadores dos Objetivos do Milênio (ODM). Os eixos estratégicos de execução do Plano de Prioridades de Desenvolvimento Humano estão na Regionalização da Saúde, Agenda Estadual de Apoio à Gestão dos Municípios, Agenda Social de Inclusão e Cidadania, Desenvolvimento Humano Regional Integrado, Fortalecimento de Capacidades Locais para o Alcance dos Objetivos do Milênio e a Agenda de Articulação Institucional. Os eixos integram

todos os segmentos considerados importantes para o desenvolvimento: saúde, educação, saneamento básico, geração de emprego e renda.

Percebe-se que esse modelo de gestão segue um padrão pragmático e de racionalização da gestão dentro de uma ótica economicista. Segundo Oliveira (2008) toda movimentação em torno de reformas sociais no Estado brasileiro hoje e, em especial, no setor educacional, aliam as demandas de maior acesso às questões de ineficiência produtiva do sistema. Dessa maneira, conduzem mudança nos aspectos gerenciais das políticas públicas recomendando a adoção de critérios de racionalidade administrativa como meio de resolução dos problemas.

No que diz respeito à educação essa questão é preocupante, pois tal “gestão por resultados” pretende ocorrer “ao menor custo fiscal possível” e a educação é um dos segmentos que integram os eixos do PPDH e que são “considerados importantes para o desenvolvimento” do Amapá. Consoante Bruno (2008) pelo que nos mostram todas as evidências empíricas até o momento, o que está sendo pensado e implementado na rede pública são adequações às tendências gerais do capitalismo contemporâneo, com especial ênfase na reorganização das funções administrativas e de gestão da escola e do processo de trabalho dos educadores, tendo em vista a redução de custos e de tempo. Trata-se de garantir o que nas empresas denomina-se qualidade total. Entretanto, esta qualidade refere-se à qualidade do processo, não do produto, uma qualidade que diz respeito à redução de desperdícios, de tempo de trabalho, de custos, de força de trabalho.

Em termos do processo de trabalho dos educadores, trata-se de eliminar o que nas empresas classifica-se como refugo e retrabalho, isto é, peças, produtos ou serviços produzidos fora das especificações, que devem ser desprezados ou refeitos, com seus custos acrescidos, implicando em produtividade declinante. Neste caso, o refugo é o aluno que abandona a escola (investimento perdido) e o retrabalho é o repetente (BRUNO, 2008, p. 41).

A gestão por resultados, a definição de metas com foco em indicadores já estabelecidos, a existência de prioridades, metas e de eixos estratégicos para obtenção dos resultados previstos são outro elemento de similaridade entre o PPDH e o PDE. Conforme Gadotti (2009) o PDE trabalha com prioridades e não com foco num determinado segmento, modalidade ou nível, pois elas servem para enfrentar desafios e dar mais atenção a alguns aspectos, sem desatender outros. A educação básica passa a ser a prioridade de governo. O PDE tem como objetivo à melhoria da gestão

educacional e escolar e os municípios que cumprirem suas metas receberão mais recursos. O PDE com base nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) prevê o estabelecimento por parte dos entes federados de estratégias com vistas à melhoria de seus indicadores de desempenho e fluxo escolar.

Os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da ONU que norteiam as ações do PPDH são oito. São metas que o governo pretende enfrentar até 2015 (DIÁRIO DO AMAPA, 2010, p.03). Segundo informações obtidas no site da Escola de administração pública do Amapá/EAP (2010):

O PPDH foi criado pelo GEA com o objetivo de centralizar ações que priorizem o desenvolvimento humano dentro do Estado do Amapá através dos 8 Objetivos do Milênio: erradicar a fome e a pobreza; garantir ensino básico de qualidade para todos; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater a Aids, a malária e outras doenças; adotar a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente e garantir que todos trabalhem pelo desenvolvimento.

De forma semelhante o PDE baseia-se na filosofia do movimento “Compromisso Todos pela Educação”², que estabelece cinco metas básicas até 2022, bicentenário da Independência do Brasil: 1) 98% das crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola (hoje 88,6%); 2) 100% das crianças de 8 anos plenamente alfabetizadas (hoje 83,7%); 3) 80% dos alunos com domínio do que é apropriado para a sua série; 4) 95% dos alunos com ensino fundamental até os 16 anos (hoje 55%); 5) 90% com ensino médio completo até 19 anos (hoje 39%). A proposta do PDE é chegar em 2002, sabendo na 4ª série, o que os alunos de hoje só conhecem na 8ª série, passando de uma média no IDEB de 3,8 para 6,0 numa escala de zero a dez³ (GADOTTI: 2008).

Além dessas semelhanças apontadas também é preciso considerar que o PPDH foi um “plano de governo” implantado sem a discussão e participação de amplos segmentos da sociedade amapaense, sobretudo os de caráter popular. Ele surgiu com o

² Segundo Gadotti (2008) o “Compromisso Todos pela Educação” (não confundir com o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”) foi lançado no dia 6 de setembro de 2006, em frente ao Monumento da Independência, no bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo. Muitas são as entidades signatárias desse compromisso, de diferentes tendências: Instituto Ayrton Senna, Instituto Gerdau, Fundação Lemann, ProCentro, Fundação Telefônica, Fundação Bradesco, Instituto DNA Brasil, Fundação Educar Dpaschoal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ethos, Cenpec, Ação Educativa, Fundação Itaú Social, Undime, Consed e outras, como a Fiesp, o Banco Mundial, a Microsoft, as Organizações Globo, a Revista Veja e a Unesco. O referido movimento é impulsionado por empresários e pelo Terceiro Setor com uma visão empresarial da educação e que enxerga a empresa como eficiente e o Estado como ineficiente, buscando resultados a partir da lógica econômica.

³ Segundo Gadotti (2008) a meta de 6,0 para o IDEB a ser alcançada em 2021 e divulgada em 2022 é para ser atingida pela 4ª série do ensino fundamental. Quatro anos depois esse índice deverá chegar à 8ª série (2026). Mais três anos (2029), e o IDEB 6,0 deverá ser a média no ensino médio.

governo Pedro Paulo Dias (PP) logo depois que o mesmo assumiu em abril de 2010 o cargo de governador do Estado no lugar de Antonio Waldez Goés (PDT) em substituição ao Programa Amapá Produtivo, que por sua vez substituiu o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) que vigorou no período de 1994 a 2002 na gestão de João Capiberibe (PSB).

Conforme informações do site da EAP (2010) as discussões sobre o PPDH estão restritas a “uma comunidade interna”, pois no dia 24 de junho de 2010 fora realizada socialização da agenda do PPDH para os gestores, titulares, adjuntos e chefes de gabinete do Estado com o objetivo de estabelecer um cronograma fixo para a implantação de ações específicas de acordo com as atribuições de cada instituição. Foram mobilizadas todas as 65 secretarias, órgãos e repartições públicas do Estado do Amapá.

Também não ocorrera uma ampla discussão em torno do PDE como acontecera com outros documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE). Consoante Gadotti (2008) o PDE não foi “esperado” pela sociedade. Também não foi debatido por ela. Essa falta de ampla consulta tem uma explicação: Haddad, como terceiro ministro da Educação de Lula, no final de 2006, corria o risco de ser substituído no segundo mandato. Foi nessa transição que surgiu o PDE, respondendo a uma solicitação direta do presidente de dar prioridade à educação, ao lado da prioridade a distribuição de renda e do crescimento econômico. O ministro Haddad preocupou-se com a consulta e o debate, embora tenha se limitado mais à chamada comunidade interna⁴.

O PPDH também foi elaborado e implantado num período de transição e apesar de negar tanto no site do governo do estado como no *Diário do Amapá* qualquer ligação com pretensões eleitorais ou manobras políticas já que Pedro Paulo Dias é candidato ao governo do estado, o PPDH pode ter curta duração conforme os resultados desse processo eleitoral antes mesmo de podermos avaliar os impactos de seu modelo de “gestão por resultados”, pois ele pode ser vítima da descontinuidade administrativa que marca historicamente as políticas públicas no Brasil. Conforme Gadotti (2008) a descontinuidade administrativa – ao lado do histórico descompromisso com o preceito

⁴ Conforme Gadotti (2008) o ministro Haddad em contato com responsáveis pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); e Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); com as propostas do programa “Lula Presidente”, apresentadas durante a campanha pela reeleição; com os planos e a legislação educacional deixada pelo ex-ministro Paulo Renato Souza na gestão Fernando Henrique Cardoso; e com pesquisa e estudos realizados pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

constitucional do “regime de colaboração” em matéria de política educacional – é um dos conhecidos entrevas da qualidade do ensino.

O PDE como o PPDH corre o risco de ser descontinuado na próxima gestão presidencial já que foi estabelecido por decreto presidencial. A busca por similaridades entre os dois não se fez no sentido de querer indicar que o PPDH fora pautado no PDE. Mas sim de destacar a centralidade que os dois dão aos processos de gestão, no PDE a gestão da educação, no PPDH a gestão administrativa de todos os setores sociais, ambas por resultados. O eixo central do PDE é a educação básica. O PPDH embora esteja direcionado para inúmeros eixos tem na educação um dos pilares para o desenvolvimento do Amapá, tanto que a garantia de ensino básico de qualidade para todos é uma de suas metas. Temos aqui um exemplo de articulação entre o local e o nacional, que sofre influências de agentes externos (organismos internacionais, empresariais e terceiro setor).

2 O IDEB do Amapá: resultados e críticas.

O sistema “gestão por resultados” é supostamente capaz de antecipar problemas e encontrar soluções com agilidade. Isto suscita algumas questões: outros modelos de gestão não antecipam problemas? As gestões anteriores do governo do Amapá não tinham essa preocupação em antecipar problemas para buscar soluções com agilidade? Como ficam os problemas da educação amapaense nesse contexto?

O PPDH almeja garantir um ensino básico de qualidade, mas terá uma tarefa complicada pela frente a julgar pelo desempenho do estado no último IDEB. Em consulta a um blog local, denominado blog do Heverson Castro (2010) obtivemos algumas informações sobre o IDEB do Estado do Amapá, assim como avaliações a respeito do resultado, o primeiro texto tinha o título “Amapá tem o pior IDEB da região norte e um dos piores do país!”. Segundo essa postagem feita em 5 de julho de 2010:

O Amapá tem os piores indicadores do país, esses números devem ter como pano de fundo a má qualidade da educação, desvio de mais de 200 milhões da educação, superfaturamento do dinheiro da merenda escolar, etc. Na 8ª série, o Rio de Janeiro foi o estado com mais escolas abaixo da projeção feita pelo Inep para cada uma delas. Foram 62%. Logo depois, estão o Amapá, com 57%, Sergipe, com 52%, e Rondônia, com 50%. Em São Paulo, 32% das escolas ficaram abaixo da meta. Na 4ª série, Sergipe teve 43% das escolas abaixo da projeção feita para 2009. O Rio está em segundo lugar, com 42% do total, e é seguido por Amapá, com 41%, e pelo Maranhão, com 40%.

Essas informações revelam que a educação no Amapá ainda apresenta indicadores baixos de qualidade de ensino e que supostamente isso se dá em função da “má qualidade do ensino” e da corrupção na gestão da educação expressa no desvio de recursos financeiros e superfaturamento da merenda. Não há menção a outros fatores tais como currículo, avaliação, formação docente, etc. Uma ênfase foi dada a política partidária como causa de nossa “regressão educacional”.

O Amapá ficou atrás do Maranhão, que é considerado um dos estados mais pobres e com o pior Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil. Isso demonstra que a política do atraso propagada por Sarney no Amapá, é pior do que a do Maranhão, o estado do oligarca, dominado há mais de 40 anos pela família Sarney. Se em 20 anos de mandato de Sarney, em 8 anos sob o comando da “harmonia”, que tem *Waldez Góes/Pedro Paulo* como aliados do oligarca, o Amapá regrediu na educação, imagine agora se nosso estado permanecer por mais alguns anos sob o comando do “banditismo político” das quadrilhas que saquearam o patrimônio público.

Não há como negar influência da política partidária na condução das políticas de governo num sistema que se pauta na democracia representativa, nem como negar que o Brasil padece desse mal histórico que é a corrupção nos quadros da esfera governamental. Mas esse é apenas um dos fatores que incidem sobre as políticas educacionais e resultados da educação. As denúncias feitas precisam ser mais bem investigadas e analisadas, para se precisar seus impactos sobre a gestão da educação no Amapá e sobre o seu desempenho no IDEB. Agora, o que queremos sinalizar é que a atual gestão fazia parte da base de governo da gestão anterior e compunha com ela a “harmonia” na condução do estado do Amapá.

Nesse sentido, nos indagamos o porquê dessa atual gestão não ter socializado o PPDH antes? Quando compunha a base do governo anterior que o apoiava nesse atual processo eleitoral? Quais os motivos que o levaram a não assumir o modelo de gestão por resultados antes e dessa forma antecipar certos problemas no campo educacional que incidiram sobre o baixo desempenho do Amapá no IDEB? A gestão *Waldez Góes* (governador) /*Pedro Paulo* (vice) durou de 2003 a 2010. Conforme informação obtida no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP (2010) informações sobre o IDEB dos entes federados existem desde o ano de 2005 assim como as metas estabelecidas para cada ente com relação aos próximos IDEBs, cabendo a cada ente definir as políticas e estratégias para melhoria da qualidade de sua educação.

Portanto, o problema já existia e a gestão de 2003-2010 não precisava antecipá-lo, mas sim buscar formas de amenizá-lo e superá-lo. Nesse caso, porque não usar dessa “gestão por resultados antes”? Possivelmente temos nesse caso indícios do que Cunha (2009) denomina de eleitorismo e voluntarismo ideológico. O eleitorismo é a procura de políticas educacionais que provoquem impacto capaz de trazer resultados nas urnas, seja visando a eleição do dirigente educacional para um cargo legislativo ou executivo, seja ampliando o capital político do governador. O voluntarismo ideológico é a atitude generosa de querer acabar com os males da educação e até da sociedade como um todo, num curto prazo de administração.

Como o atual gestor do estado do Amapá está no atual processo eleitoral como candidato a governador e o PPDH foi implantado nesse curto espaço de transição não há como não fazer essa associação com o eleitorismo e o voluntarismo ideológico mesmo não sendo o PPDH uma política focada exclusivamente na educação. No referido blog também encontramos dois outros textos postados sobre o assunto no dia 7 de julho de 2010. O primeiro é intitulado “O SINSEPEAP, os educadores e o IDEB” faz críticas a política educacional da gestão do governo estadual de 2003-2010, ao sindicato dos professores do estado e aos próprios educadores.

Todos sabem das causas de sermos o pior estado da região norte e estarmos entre os três piores do Brasil na nota do IDEB. Isso com certeza, é fruto da política educacional de 8 anos de sucateamento da "harmonia", bancada por Sarney, que tinha como fio condutor Waldez Góes e o atual governador Pedro Paulo Dias Herodes (PPDH) e seus antigos aliados (Jorge Amanajás e Lucas Barreto). Tem sindicalista e professor que acha que lutar por melhorias na qualidade da educação é só reivindicar um Piso Salarial, reajuste salarial e fazer negociações para obter perdas e ganhar indenizações. E como fica aquilo que acredito ser o mais importante? Como fica a avaliação do que está sendo ensinado na sala de aula? Como fica nossos alunos que voltam mais cedo para casa por não terem merenda escolar? Como fica o rombo de 200 milhões na Educação?

O texto aponta causas já citadas anteriormente para o péssimo desempenho do Amapá no último IDEB: a gestão governamental da “harmonia”, o monopólio exercido pela política partidária do bloco hegemônico no poder, corrupção, falta de merenda. Mas também crítica a atuação do SINSEPEAP (Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá) e dos professores chamando a atenção para questões de cunho mais pedagógico como a avaliação e a metodologia de ensino e o tempo de permanência

do aluno na escola. O outro texto postado “O professor vira cabo eleitoral, dá nisso” é mais enfático na responsabilização dos docentes por essa situação.

Os resultados da pesquisa do Ideb, que colocam a Educação do Amapá no fim da fila entre os estados brasileiros, tem origem em diversos fatores, entre os quais um é importantíssimo: o desvio do professor de sua missão de educar, para se transformar em cabo eleitoral de políticos que não estão, sequer, um pouco com o que se passa nas escolas. Os sucessivos escândalos com recursos da merenda escolar, omissão na reciclagem, concursos viciados, em licitações, rombo de 200 milhões da segurança privada contratada pelo poder público, tem muito ver, mas a política partidária dentro da sala de aula, e a utilização política do magistério é o que de pior poderia acontecer para a qualidade do ensino nas escolas públicas. Último colocado em diversos quesitos e penúltimo no geral é vergonhoso para um estado que já foi bem melhor nesse campo.

Todos os professores do estado do Amapá encontram-se desviados de sua missão de educar e foram transformados em cabo eleitoral de políticos? Os mais de dez mil profissionais da educação do estado fazem da sala de aula espaço exclusivo de política partidária? Essas são questões que não temos condições de responder agora, mas que merecem ser foco de pesquisa e discussão posteriores. O que sinalizamos é que a crítica feita à política partidária não pode ser confundida com a dimensão política da atuação docente e nem ser motivo de coação e repressão de sua organização política com vistas à luta por melhores condições de trabalho, valorização profissional e melhoria da qualidade do ensino para todos, sobretudo para os menos favorecidos.

No que tange a afirmação de que o Amapá “já foi melhor nesse campo” vê-se que se faz necessário uma pesquisa mais aprofundada para levantamento de informações empíricas sobre recortes históricos e gestões anteriores a essa que se tornou foco dessa análise para se poderem fazer apreciações consistentes a esse respeito. Não há como deixar de mencionar que as opiniões expressas nos textos além de expressar uma percepção do quadro educacional atual no Amapá, também expressam a atual conjuntura marcada pelas eleições para presidente, governador, deputados e senadores, e que pode refletir tal conjuntura deixando subjacente a luta pela hegemonia política entre os grupos locais.

Ao fazermos uma verificação dos resultados do IDB do Amapá e a comparação com os dados obtidos a nível nacional, tendo por base as informações disponíveis no site do INEP (2010) percebe-se que no que se refere ao segmento de 4ª série / 5º ano o índice médio da rede de ensino do Amapá é inferior ao índice médio nacional como um

todo, e se manteve inferior à média nacional em todos os anos em que o IDEB fora aplicado, em 2005 foi 3,1, em 2007 foi 3,0 e em 2009 foi 3,6, sendo que a média total nacional fora de 3,8 em 2005, 4,2 em 2007 e 4,6 em 2009. A última média do Amapá não superou nem mesmo a média nacional de 2005, ano que segundo Saviani (2009) esse instrumento fora aplicado aos alunos e chegou-se ao índice médio de 3,8. Mesmo assim houve uma relativa melhora em relação ao índice amapaense de 2007 quando não alcançou a meta estabelecida para esse ano. Em 2009 o Amapá superou a meta projetada de 3,5. Esse é um aspecto positivo a ser sinalizado, já que indica uma aparente melhora no ensino da rede estadual da região e que as políticas e ações executadas nesse período tiveram algum impacto.

Cabe ressaltar que conforme as informações do INEP (2010) o Amapá realmente obteve um dos índices mais baixos no IDEB de 2009 entre os estados da federação ficando a frente somente de Alagoas, da Bahia e do Rio Grande do Norte, sendo o último lugar da região norte no segmento de 4ª série / 5º ano. Mas o fato de ter superado sua meta pode significar horizontes melhores, pois segundo Saviani (2009) o PDE em seu modelo de “gestão por resultados” é pautado no auxílio técnico e financeiro as redes mais precárias e possui mecanismos de incentivos financeiros aos entes que atingirem suas metas com vistas a promover a melhoria da qualidade da educação básica.

No que tange aos resultados do IDEB do segmento de 8ª série / 9º ano as informações do INEP (2010) mostram que somente em 2005 o índice do Amapá fora igual ao nacional de 3,5. Nos anos subseqüentes os resultados foram inferiores, em 2007 foi de 3,4 contra 3,8 da média nacional, e em 2009 foi de 3,6 contra 4,0. Apesar disso, informações revelam que nesse segmento o Amapá está apresentando um crescimento gradual e progressivo. Mesmo assim, as informações são preocupantes, pois o resultado do segmento de 8ª série / 9º ano equivale ao do segmento de 4ª série / 5º ano para o ano de 2009. Além disso, para a 8ª série/9º ano o Amapá não atingiu nenhuma das metas projetadas para 2007 e 2009. Seus resultados foram inferiores ao índice de 2005 para a 4ª série/9º ano.

Em comparação com os outros estados o INEP (2010) revela que o Amapá ficou a frente de dez estados: Alagoas, Bahia, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe. O Amapá teve o mesmo índice de outros cinco estados: Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão e Mato Grosso do Sul. Este fato poderia até ser motivo de “alegria” se não fosse revelador do péssimo quadro em que se encontra a educação no segmento que representa a segunda etapa do ensino

fundamental e como a educação é um processo contínuo e permanente, isso indica que o conjunto do currículo escolar e o trabalho pedagógico do ensino fundamental como um todo ainda padece de insuficiências.

Os resultados do 3º ano do ensino médio foram os “piores”. Segundo o INEP (2010) o Amapá em 2005 ficou com um índice de 2,7 quando o índice nacional era de 3,4. No ano de 2007 manteve os 2,7 sendo que o índice nacional foi de 3,5. Em 2009 ocorreria uma tímida mudança, já que seu IDEB passara para 2,8 contra 3,6 da média nacional. Não obstante essa diferença entre seus resultados e os do índice nacional, cabe destacar que este último também tem apresentado um crescimento tímido, o que demonstra que o ensino médio ainda é um problema a ser enfrentado no que diz respeito à melhoria da qualidade da educação básica. Mas não há como negar que o Amapá obteve um dos piores desempenhos em comparação com os outros estados da federação, ficando a frente em 2009 apenas do Piauí e com a mesma média dos estados de Alagoas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

Segundo o INEP (2010) apenas Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo atingiram o índice nacional (3,6), e o Paraná com 3,9 e Rondônia com 3,7 conseguiram superá-lo. O que indica que a qualidade do ensino médio ainda deixa a desejar no Brasil de um modo geral.

Não queremos com essas comparações estabelecer rankings com melhores e piores, nem estimular a cultura da competição. Nossa intenção ao apresentar esses resultados era de verificar se as críticas feitas nos textos postados no blog supracitado faziam sentido. De certa forma acreditamos que elas são pertinentes no que tange aos resultados apresentados pelo estado do Amapá. A educação amapaense não apresentou bons resultados, mas também não é um caso a parte num contexto mais amplo, pois de uma forma geral o Brasil apesar dos aparentes avanços ainda tem um longo percurso a cumprir para chegar a uma educação de qualidade para todos em todo o território nacional. É essa a percepção que temos ao fazer a leitura dos resultados do IDEB apresentados pelo INEP.

As críticas presentes nos textos postados incidem basicamente sobre a política educacional do governo e sua gestão, e sob a atuação do docente no estado. Em relação ao caso dos docentes, a alegação de que a “política partidária dentro da sala de aula e a “utilização política do magistério é o que de pior poderia acontecer para a qualidade do ensino nas escolas públicas” é uma apreciação equivocada. Não podemos reduzir este problema a uma questão de postura política do professor ou de sua adesão a política

partidária. Como ressalta Saviani (2009) em sua análise do PDE o mesmo para ser posto em operação dependeria fundamentalmente dos recursos humanos onde se avulta a questão dos professores. Isso dependeria de dois requisitos fundamentais: as condições de trabalho e de salário, e a formação, sendo que tais requisitos ainda apresentavam no PDE pontos de insuficiência ou certas limitações.

Esses aspectos precisam ser considerados em qualquer análise a respeito da situação educacional no Amapá e no Brasil. No caso, da valorização e formação docente, o devido cumprimento desses requisitos depende das políticas de financiamento e de gestão da educação. O PDE apesar dos avanços na gestão ainda deixou suas lacunas no que tange ao financiamento conforme se depreende da leitura das análises de Saviani (2009) sobre o referido programa. O PPDH não deixa claro como vai tratar dessas questões, apesar de acenar com a garantia de uma educação de qualidade para todos. Não se sabe também como essa política pública vai lidar com os resultados do IDEB 2009.

Considerações finais (ou seriam iniciais?)

Segundo Saviani (2009) o que confere caráter diferenciado ao IDEB é a tentativa de agir sobre o problema da qualidade do ensino ministrado nas escolas de educação básica, buscando resolvê-lo. É o IDEB a principal base de sustentação técnica do PDE, que por sua vez se pauta no tripé: avaliação, gestão e financiamento. No entanto, no que concerne ao financiamento, seu principal ponto de apoio, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) não representou aumento de recursos financeiros, nem a complementação da União representou acréscimo para estados e municípios. O FUNDEB representou ganho de gestão, porém não um ganho financeiro.

Como fazer uma boa gestão que garanta uma educação de qualidade para todos sem sustentação financeira? Possivelmente essa tenha sido uma das razões que somada aos problemas já citados tenha levado o estado do Amapá a apresentar os resultados ruins registrados no IDEB de 2009. Não se sabe até o momento quanto o PPDH irá destinar para a educação, as informações do site do governo do estado (2010) afirmam que para cumprir as metas do plano, o governo vai investir no Estado mais de R\$ 1 bilhão. Para conseguir os recursos, o governador vai buscar o apoio de agentes

financeiros, BNDES, investidores, emenda parlamentares e governo federal, através de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2.

Mas segundo texto postado por Alves Bezerra (2010) o governo estadual passa por graves dificuldades financeiras e não existe nenhuma possibilidade de tais recursos virem de receitas próprias. Não há, a curto prazo, perspectiva econômica que permita antever que a arrecadação estadual alcançará tal valor. De igual modo, esse volume de recursos não está disponível no Tesouro Nacional para ser repassado ao Amapá.

Nesse sentido, as perspectivas da “gestão por resultados” assumida pelo PPDH são incertas e somente o movimento subsequente da história poderá trazer elementos concretos que nos permitam avaliar a efetividade de tal política. O que temos, é que o governo do estado do Amapá, em específico os gestores da educação estadual, estão de posse dos resultados do IDEB, resultados (ou problemas) que nem precisam ser antecipados e que exigem ações que permitam mudanças no quadro atual.

Referências bibliográficas

AMAPÁ. Escola de Administração Pública do Amapá/EAP. **PPDH – Gestores socializam ações sobre plano de governo.** Disponível em: http://www.eap.ap.gov.br/noticia_visualizar.php?ID=913. Acesso em: 13 jul. 2010.

AMAPÁ. Blog do Herverson Castro. **Amapá tem o pior IDEB da região norte e um dos piores do país!** Disponível em: <http://heversoncastro.blogspot.com/2010/07/amapa-tem-o-pior-ideb-da-regiao-norte-e.html>. Acesso: 13 jul. 2010.

AMAPÁ. Blog do Herverson Castro. **O SINSEPEAP, os educadores e o IDEB.** Disponível em: <http://heversoncastro.blogspot.com/search?q=ideb+do+amap%C3%A1>. Acesso em: 13 jul. 2010.

AMAPÁ. Blog do Herverson Castro. **O professor vira cabo eleitoral, dá nisso.** Disponível em: <http://heversoncastro.blogspot.com/search?q=ideb+do+amap%C3%A1>. Acesso em: 13 jul. 2010.

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá/GEA. **Pedro Paulo apresenta o PPDH à imprensa amapaense.** Disponível em: <http://www4.ap.gov.br/jsp/noticias/news.jsp?ref=10207&Day=2010-06-25>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BEZERRA ALVES, Paulo Sérgio. **PPDH- Gostaria que fosse verdade.** Disponível em: <http://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/ppdh-gostaria-que-fose-verdade>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/INEP/IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB 2005, 2007, 2009 e Projeções para o BRASIL.** Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/INEP/IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB 2005, 2007, 2009 e Projeções para todos os estados da federação.** Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação/INEP/IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: IDEB 2005, 2007, 2009 e Projeções para o estado do Amapá.** Disponível em: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAMPOS. Natália. **Acordo bilionário com grupo indonésio contribui para PPDH.** Jornal Diário do Amapá/seção: Diário/Cidades, sexta-feira, 18 de junho de 2010. P. 03.

CUNHA, Luiz Antônio. As políticas educacionais entre o presidencialismo imperial e o presidencialismo de coalizão. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FELDFEBER, Myriam. Internacionalização da educação, “Tratados de Livre Comércio” e políticas educativas na América Latina. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Convocados, uma vez mais: ruptura, continuidade e desafios do PDE.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação e planejamento: a escola como núcleo da gestão. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos.** 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). **Crise da escola e políticas educativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009.